

Resenha

A política social em movimento: atores, interações e distinções de gênero

The social policy in motion: Actors, interaction and gender distinctions

Aparecida Fonseca Moraes¹
cimoraesrj@gmail.com

MARINS, M.T.A. 2017. *Bolsa Família – questões de gênero e moralidades*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 308 p.

Como e por que a condição de beneficiário/a de um programa brasileiro de transferência de renda pode conduzir – mesmo que de modo não intencional – a distinções simbólicas entre “pobres”, repercutindo no fluxo de suas interações cotidianas? Esta é uma das importantes problematizações enfrentadas pela autora do livro *Bolsa família: questões de gênero e moralidades*. Em torno do amplo e diversificado tema da pobreza, Mani Tebet Marins realiza uma análise específica sobre as representações e práticas (sobretudo morais e simbólicas) de “pobres” beneficiários e não beneficiários de um programa brasileiro de transferência de renda, o Programa Bolsa Família (PBF).

Estudar relações sociais a partir de contextos onde se desenvolvem políticas públicas é um caminho que nem sempre atraiu o interesse de sociólogos, mas isto não significa que este não seja um campo profícuo de investigação, como bem mostram os “achados” da autora. Um certo grau de desinteresse talvez se encontre no viés normativo e prescritivo que as análises sobre políticas públicas podem assumir. Em que pese o seu crescimento no Brasil nos últimos anos, a pesquisa em políticas públicas ainda é caracterizada como área de baixo acúmulo de conhecimento (Arretche, 2003). Ao mesmo tempo, muitas vezes condicionada pela conjuntura e produzida em contextos de proximidade ou influência dos órgãos governamentais (Melo, 1999; Souza, 2003), esta tipo de investigação tem sido pouco atrativa aos cientistas sociais. O trabalho sociológico da autora, presta relevante contribuição aos estudos na área das políticas públicas e, de certo, em nada se aproxima de uma visão normativa ou linear. A sua abordagem, assentada em base teórica sólida, privilegia uma compreensão desta política social brasileira de transferência de renda onde ela se faz, ou seja, no contexto das relações e interações entre os diferentes grupos de atores envolvidos com o Programa Bolsa Família.

Este estudo nos apresenta o cenário moral onde a política social se desenvolve, um universo complexo onde hierarquias, fronteiras simbólicas, rótulos e classificações estigmatizadoras circulam entre os atores sociais. O conteúdo analítico que desvenda estas questões, é amparado por uma metodologia inovadora. Contrastando com outros trabalhos sobre o Bolsa Família, a autora compara, através de observações e entrevistas, três grupos principais de atores: famílias beneficiárias, famílias não beneficiárias e atores institucionais. O primeiro grupo é composto por

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Largo São Francisco de Paula, 1, 20051-070, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

mulheres titulares legais, seus cônjuges e filhos, o segundo grupo refere-se àqueles que compartilham o mesmo local de moradia e modos de vida muito semelhantes ao do primeiro, mas que não se encontravam em condições elegíveis para participação no programa ou não haviam solicitado o benefício. O último grupo é composto por assistentes sociais, professores, agentes de saúde e coordenador do Bolsa Família. A comparação entre beneficiários e não beneficiários será fundamental para Mani Marins responder questões centrais: A nomeação de "beneficiário/a" para identificar grupos que requisitam e recebem serviços e cuidados estatais, gera classificações de diferenciação entre os pobres no contexto local? Se é o caso, como as pessoas se distinguem? Quais sentidos darão a estas classificações?

No capítulo intitulado *Aportes teóricos e analíticos*, a autora apresenta qualificada pesquisa bibliográfica internacional, sobretudo aquela produzida nos EUA e na França, para destacar a importância da dimensão da cultura e da moral no tema da pobreza. Situando as relações entre Estado e a construção de fronteiras simbólicas e de processos de distinção social, fica evidente que este tipo de enfoque da pobreza tem sido pouco aprofundado na produção brasileira. A classificação dos "pobres" pelo Estado é a principal questão revisitada na primeira parte do capítulo. Recorrendo a obras seminais de Pierre Bourdieu e situando-as em um diálogo privilegiado com *Sur L'État* (Bourdieu, 2012), o capítulo mostra como o Estado é construído como força simbólica que cria hierarquias sociais e, ao mesmo tempo, naturaliza a formação, a nomeação e a classificação dos grupos envolvidos pelas políticas públicas. O contraponto crítico à dificuldade de abordagens mais conceituais na teoria de Bourdieu, é cuidadosamente apresentado através das obras de Michèle Lamont e Bernard Lahire, autores que problematizam a relação entre a posição social do ator e a prática cultural ou disposicional a partir da teoria bourdieusiana.

Outro conceito abordado pela autora é o de 'governamentalidade', desenvolvido por Michel Foucault em *Governamentalidade* (2003) que contribui para avançar e consolidar o entendimento da constituição do Estado como um projeto moral que modela identidades e subjetividades, distribuindo lugares e exercendo papel de classificação e hierarquização (Marins, 2017, p. 66). Ao mesmo tempo em que a autora recorre a conceitos foucaultianos para analisar o seu material empírico – e reconhece com isso que o Estado, com as suas instituições locais e técnicas profissionais, constitui lugar de poder onde se estruturam valores e crenças –, aqui ela também retoma a sua disposição para pensar criticamente os teóricos selecionados para o estudo. Desta forma, identifica o viés normativo e prescritivo da visão de Foucault, pois – ao privilegiar o pensamento do Estado através da análise de seus discursos e documentos – ele se distancia das práticas sociais, das interações e das condutas dos atores. Vislumbrando abordagens que professam interesse pelos processos de categorização de indivíduos e grupos, Mani Tebet Marins passa a chamar atenção para planos de análise mais contextualizados, como as relações sociais entre Estado, instituições e redes de sociabilidade locais (Marins, 2017, p. 67). São os conceitos de

estigma e carreira moral (Goffman, 1988, 2011) que refinarão as análises sobre a maneira como os indivíduos atuam para se afastarem da estigmatização. Ou ainda, como agem para utilizar uma desvantagem de maneira a organizar as suas vidas, deixando-se, ou não, controlar pelos "outros", além de outras respostas.

É a partir do ensaio *Les pauvres*, de Georg Simmel, publicado originalmente em 1907, que a autora vai mostrar como a pobreza deixa de ser vista como uma questão meramente abstrata (Marins, 2017, p. 96) ou fundamentalmente demográfica. Nesta abordagem de Simmel, a pobreza é pensada como um projeto de assistência social e de regulação moral dos pobres. As trocas intersubjetivas estariam aí carregadas de emocionalidades e constrangimentos morais entre aqueles indivíduos que se sentem na "obrigação" de ajudar e os pobres que podem sofrer um sentimento de humilhação social ao longo de sua trajetória por precisarem de ajuda. As obras de Serge Paugam e Nicolas Duvoux ajudarão a mostrar a relação, às vezes conflituosa, entre pobreza e assistência social. Ao ilustrarem os seus estudos com o caso francês, os dois autores ajudam a pensar sobre os constrangimentos morais presentes nas relações que os pobres estabelecem com as instituições públicas quando requisitam os serviços sociais. Desqualificação social (Paugam, 2003) e processos de humilhação moral, constituiriam as trajetórias trilhadas por pobres para receberem um benefício estatal na França. O modelo estudado por Paugam (2003) e Duvoux (2009) mostra que sociedades que tiveram um sistema de providência e proteção social agindo para conter o alastramento da pobreza, tendem a estigmatizar mais os pobres que dependem da proteção estatal. E no Brasil? Aqui, retomamos ao primeiro parágrafo desta resenha pois, em um país onde a desigualdade social "se expressa com muito mais força", essa situação tem um significado social específico, "[...] o que não significa dizer que o pobre daqui (sobretudo o 'pobre beneficiário') não sofra processos de desqualificação, humilhação e preconceitos advindos de seu status" (Marins, 2017, p. 87).

Uma questão tem mobilizado feministas e acadêmicas e se coloca fortemente nos debates sobre gênero no âmbito das políticas sociais, especialmente aquelas destinadas a combater a pobreza: estas políticas contribuem para promover o respeito à independência e autonomia das mulheres ou se tem reproduzido os padrões tradicionais de divisão dos papéis de gênero na família? O segundo capítulo do livro oferece um amplo e detalhado quadro de informações para refletirmos sobre esta questão ao passar pela experiência americana, e de alguns países na Europa, e detalhar os programas de transferência de renda de Estados latino-americanos, com destaque para o caso brasileiro. Esta parte do livro em muito contribui para identificarmos como ideias e valores relacionados às questões de gênero influenciam as concepções das políticas sociais.

Ao tratar das políticas de transferência de renda e da chamada nova regulação da pobreza, o segundo capítulo mostra a influência dos Órgãos Internacionais (Banco Mundial, PNUD, BIRD e FMI) para a criação do consenso de que o "pobre" deve ser foco de suas ações e apresenta ainda os efeitos destas recomendações

nas políticas de transferência monetária no Brasil. Ao se deter na "virada institucionalista" das políticas sociais a partir da década de 90, e destacar a importância do período conhecido como Pós-consenso de Washington, o estudo identifica como surge a ideia de que a mulher é uma agente cooperadora do Estado para a redução da pobreza. A autora faz um levantamento da produção acadêmica feminista internacional e analisa os conceitos de "política familista" e "política generificada", fundamentais para uma interpretação das políticas públicas, em particular aquelas que têm como foco a população feminina pobre.

Neste sentido, o livro aponta que enquanto o modelo americano, alemão e inglês focaliza o indivíduo para planejar as suas ações em políticas públicas, nas políticas latino-americanas e de alguns países da Europa (França, Espanha e Itália), a família é considerada o ator mais importante para a resolução de problemas sociais (Marins, 2017, p.114). Para Esping-Andersen (1999) o Brasil poderia ser enquadrado no modelo "familista", onde se valoriza menos o indivíduo como portador de direitos e mais as formas familiares tradicionais. O capítulo se detém ainda no trabalho de uma das principais críticas às políticas públicas do Estado de Bem-Estar Social: Ann Shola Orloff (2005). A autora irá classificar estas políticas como maternalistas, uma vez que fortaleceram a divisão sexual do trabalho (homens provedores e mulheres-mães e cuidadoras) e mantiveram a dependência feminina na medida em que o acesso aos benefícios do *welfare* ocorreriam mais frequentemente pela via marital (Orloff, 2005; Marins, 2017, p. 115).

Voltando aos argumentos apresentados no segundo capítulo, o modelo que elege a família como foco principal da intervenção pública também passará por "continuidades e adaptações políticas" nos anos 1990 e princípios dos anos dois mil, no contexto Pós-consenso de Washington. Neste período, algumas mudanças nas políticas, tais como a redistribuição da responsabilidade estatal (agora divididas com outros entes, como mercado, família e organizações não governamentais) agregaram também valores vinculados à cooperação e ao processo de individualização, o que supunha-se contemplar também a autonomia das mulheres. No entanto, conforme apontado pela autora, estudos vão corroborar que a redistribuição da responsabilidade estatal e a focalização das mulheres nestas políticas reinstala, de alguma maneira, outras ordens de gênero nas quais os papéis tradicionais nas famílias serão fortalecidos. Principalmente nos países latino-americanos, sob forte incentivo das agências de fomento internacionais, as políticas de transferência de renda são instituídas como programas que inovariam a proteção social. Ao mostrar características comuns e divergentes entre os programas de transferência de renda na América Latina e no Caribe em relação ao Programa Bolsa Família, a autora conclui que a maioria dos Programas "legitima as mulheres como beneficiárias e participantes ativas no desenvolvimento" e que as "contrapartidas" apresentadas para a permanência no Programa incumbem prioritariamente a mulher à responsabilidade de com o bem estar da família (Marins, 2017, p. 127).

Dando continuidade à discussão sobre os méritos ou limites do Bolsa Família no que diz respeito à autonomia da mulher e

à perspectiva da cidadania no combate à pobreza, a autora passa à apresentação dos dados da pesquisa de campo para compreender quais são os valores morais subjacentes a tal política e de que forma aciona-se o capital de gênero relacionado à função do cuidado (*care*) no interior deste programa social. No último capítulo somos convidados a conhecer as relações que se estabelecem entre os agentes institucionais do programa de transferência de renda com famílias que vivem no contexto de pobreza no município de Itaboraí, periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Acompanhamos assim, a formação do status de beneficiário/a quando a autora percorre as diversas instituições frequentadas pelas famílias elegíveis pelo Bolsa Família (escolas, postos de saúde, coordenação do programa e seu setor de cadastramento), mas também locais considerados informais, tais como, restaurante popular e a própria vizinhança.

Ao focar as interações cotidianas entre os moradores pobres do bairro de Nova Cidade, a autora nos mostra como ocorre o processo de diferenciação simbólica entre as pessoas que dependem dos serviços da assistência social e os que não dependem destes. As relações estabelecidas entre aqueles que recebem o benefício do Programa e diferentes grupos de não beneficiários (os seus vizinhos, mas também os próprios atores institucionais) fundam-se em uma matriz moral, com a presença de julgamentos e controles sociais específicos, que se desenvolvem em torno da figura da beneficiária. Outro dado relevante são as hierarquias construídas pela própria "comunidade" para distinguir e opor diferentes grupos locais: "trabalhadores" e "vagabundos"; "bons" e "maus pobres"; "merecedores" e "proveitadores". As variáveis elencadas a seguir operariam para legitimar, ou deslegitimar, a beneficiária como "merecedora" da bolsa: (a) idade, mães novas possuem menor legitimidade que as outras, já que poderiam ser mão de obra ativa no mercado de trabalho; (b) tipo de família, principalmente em relação ao número de crianças no lar (quanto maior o número, maior deveria ser o apoio do Estado); (c) bens materiais, se possuem muitos bens, significa que a família não se configuraria como "pobre" e não seria merecedora do auxílio; (d) condições de trabalho, se possuem emprego formal, teriam menor legitimidade para o recebimento do benefício.

A ideia em torno da "beneficiária legítima", classificação que ocorre entre não beneficiários e atores institucionais, também vem corroborar o entendimento de que prevalece uma lógica classificatória fortemente marcada pela divisão tradicional dos papéis de gênero. Os julgamentos sobre a "boa" e "má mãe" classificam as mulheres em escala ascendente (boas mães) ou descendente (más mães) de modo que, quanto maior a imputação do desvio ("não usam o dinheiro corretamente"), mais a mulher será estigmatizada e enfrentará a desqualificação social ("acomodadas", "usam o dinheiro para sustentar vícios", "querem dinheiro fácil").

Como mostram as análises, o enquadramento dos beneficiários na categoria de "assistidos", não implica inseri-los diretamente em processos de estigmatização. Isso depende de suas justificativas para o recebimento do auxílio estatal e, também,

de como eles usam seus repertórios para o enfrentamento do estigma. Depende, por exemplo, do uso do tempo – se a mulher investe de forma adequada no bem-estar da família ou se usa seu tempo para gastar com “vícios” ou “bens supérfluos”. Depende também do tempo de necessidade do recurso, isto é, se o benefício for temporário e relacionado a problemas de saúde na família, perda de emprego recente, escassez de alimentos, entre outros, a assistência é vista como mais legítima. Estas situações se relacionam também com o julgamento de valor sobre o uso do dinheiro do Bolsa Família pois, enquanto as mulheres titulares legais são valorizadas e legitimadas por investirem os recursos na família (e, sobretudo, nas crianças) aquelas que gastam uma parte consigo são julgadas como não merecedoras do benefício.

Ao cobrir um fluxo grande de atores e representações sociais, o estudo mostra que interessa analisar não apenas as posições dos agentes em si mesmas, mas as relações entre estas no local de implementação do Programa Bolsa Família. Ao comparar as classificações sociais de diferentes atores (institucionais, beneficiários e não beneficiários), e tomando os dados em relação às posições, a autora identifica as distinções intragrupo e os processos estigmatizadores que podem atingir as mulheres pobres e beneficiárias do serviço estatal. O contexto da política social é o elemento que delimita um espaço de interação que agrupa indivíduos que se auto-classificam e que passam a classificar os outros a partir de julgamentos morais, ideias de controle, rótulos e estigmas. Aqui as fronteiras de distinção entre os pobres aparecem frequentemente articuladas a outras divisões simbólicas de gênero. Ultrapassando pressupostos do senso-comum e transformando os seus dados de pesquisa em conteúdo analítico de qualidade, a autora faz uma sociologia singular sobre o contexto do Bolsa Família.

Bila Sorj e Maria Lígia Barbosa celebram as qualidades do estudo na apresentação da obra de Marins. Na orelha do livro, Bila Sorj ressalta, entre outras questões, a abordagem inovadora sobre o Bolsa Família, com enfoque privilegiado nos comportamentos, interações e práticas entre diferentes grupos de atores. Maria Lígia Barbosa assina o *Prefácio* e destaca a sua contribuição para preencher lacunas importantes nas pesquisas sobre pobreza no Brasil. Endossando a celebração dos êxitos, sublinhamos as suas contribuições no âmbito dos estudos de gênero. A pesquisa de Marins (2017) ressalta como, de maneira não intencional no contexto do Bolsa Família, emergem superposições de gênero e de classe que criam posições relativas de exclusão e discriminação das mulheres pobres. Isto ocorre de maneira mais marcada entre beneficiárias e não beneficiárias, mas também de forma mais matizada entre titulares legais identificadas como “boas” x “más mães”, “legítimas” x “ilegítimas”. Olhar através deste caleidoscópio, permite identificar como a intersecção de gênero e classe cria configurações que ressaltam as diferenças intragrupo, em geral mais complexas e ainda mais invisíveis.

Abordagens em torno dos marcadores sociais de diferenças (gênero, raça e classe, mas também sexualidade, territorialidade e outros) integram um campo de produção acadêmica feminista polifônica. Neste, muita tinta se tem derramado na

última década sobre como se articulam, sobrepõem ou interseccionam as diferenças nas experiências e vida das mulheres (Brah, 2006; Crenshaw, 1989; McClintock, 2010; Moutinho, 2014). Não fosse o silêncio na pesquisa de Marins (2017) sobre a condição racial das mulheres do Bolsa Família e as suas possíveis intersecções com o gênero e a classe, as duas últimas muito bem analisadas, certamente teríamos uma compreensão relacional mais completa sobre os conteúdos multidimensionais das desigualdades apontadas no estudo.

Diante de uma obra cujos recursos metodológicos são muito bem utilizados em detalhada pesquisa empírica, também não poderíamos deixar de apontar algumas ausências sentidas no levantamento e análise dos dados. Um exemplo é quando a autora aponta a maneira como o Bolsa Família altera as dinâmicas familiares das beneficiárias sem, contudo, aprofundar a análise sobre a dimensão dos conflitos das mulheres com os seus parceiros íntimos. Ainda que Marins também tenha entrevistado alguns parceiros ou cônjuges, aqui a pesquisa apenas nos instiga em torno de possíveis tensões e conflitos de gênero que emergem em contextos que podem estar fortalecendo, mesmo por caminhos paradoxais, a individualização das mulheres (Beck e Beck-Gernsheim, 2002). Estariam sendo constituídas fronteiras morais e simbólicas que passariam a desafiar o cotidiano dos relacionamentos íntimos das mulheres? De certo modo, o conhecimento sobre as titulares legais do Programa, fica muito circunscrito às relações na família e junto aos vizinhos e profissionais dos serviços da política social. É provocativo pensar também como as relações de intimidade e experiências afetivas e sexuais destas mulheres, jogariam na construção dos julgamentos morais em relação à ideia de “boa mãe”, “boa pobre”, “merecedora”, entre outras. A dimensão da sexualidade e as relações íntimas das mulheres no contexto destas políticas sociais é, certamente, um desafio para os próximos estudos da autora ou mesmo de outros pesquisadores.

Para finalizar, a leitura de *Bolsa família: questões de gênero e moralidades*, mostra que o conhecimento sobre um programa de transferência de renda em muito extrapola a mensuração da sua eficácia frente aos efeitos econômicos que pode produzir. Mani Tebet Marins desenvolveu uma pesquisa sociológica que nos ajuda a refletir sobre alcances e dilemas presentes nas políticas sociais. Neste sentido, o seu trabalho extrapola o interesse exclusivamente acadêmico e se coloca também como leitura importante para aqueles que elaboram, avaliam e executam as políticas públicas. O livro nos presenteia com reflexões teóricas e conteúdos analíticos que oferecem inovadora e interessante interpretação dos dados extraídos da informação bruta, revelando assim aqueles aspectos não visíveis nos documentos de elaboração e de avaliação das políticas sociais.

Referências

- ARRETCHE, M. 2003. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51):7-9. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100001>

- BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. 2002. *Individualization. Institutionalized individualism and its social and political consequences*. London, Sage Publications, 221 p.
- BOURDIEU, P. 2012. *Sur l'État. Cours au Collège de France (1989-1992)*. Paris, Seuil et Raisons d'agir, 672 p.
- BRAH, A. 2006. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26:329-376.
- CRENSHAW, K. 1989. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, p. 139-167.
- DUVOUX, N. 2009. *L'autonomie des assistés. Sociologie des politiques d'insertion*. Paris, PUF, 269 p.
- ESPING-ANDERSEN, G. 1999. *Social Foundations of Postindustrial Economies*. Nova York, Oxford University Press, 207 p. <https://doi.org/10.1093/0198742002.001.0001>
- FOUCAULT, M. 2003, Governmentality. In: P. RABINOW; N. ROSE (orgs.), *The essential Foucault: selections from essential works of Foucault, 1954-1984*. Londres, New Press, p. 229-245.
- GOFFMAN, E. 2011. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Rio de Janeiro, Vozes, 255 p.
- GOFFMAN, E. 1988. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 158 p.
- McCLINTOCK, A. 2010. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, Editora da Unicamp, 598 p.
- MELO, M.A. 1999. Estado, governo e políticas públicas. In: S. MICELI (org.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo, Sumaré, vol. 3, p. 59-100.
- MOUTINHO, L. 2014. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, 42:201-248. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>
- ORLOFF, A.S. 2005. Farewell to Maternalism? State Policies and Mothers' Employment. *Working Paper Series*. Institute for Policy Research: Northwestern University, p. 5-10.
- PAUGAM, S. 2003. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo, Cortez, 331 p.
- SOUZA, C. 2003. Políticas públicas: questão temática e de pesquisa. *Caderno CRH*, 16(39):11-24.